



LICKS Associados

Relatório da Administração Judicial
Massa Falida Contreras
Empreendimentos e Construções Ltda

2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do
Estado do Rio de Janeiro

Processo Judicial:

0197748-47.2014.8.19.0001

Período: novembro/2018



Sumário

| | |
|--|---|
| Considerações Preliminares | 3 |
| I. Fase processual: | 4 |
| II. Atividades da Administração Judicial: | 5 |
| III. Análise Financeira e Contábil de Agosto 2017: | 6 |
| IV. Conclusão: | 6 |



Considerações Preliminares

A CONTRERAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA., iniciou suas atividades em 1998 em território brasileiro, após a Contreras Hermanos identificar uma perspectiva de integração regional proporcionada pelo Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL.

O pedido de recuperação judicial foi distribuído em 11 de junho de 2014 para a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. A decisão de processamento da Recuperação Judicial foi proferida em 28 de julho de 2014.

No decurso da recuperação judicial, foram publicados os seguintes editais:

- a) O edital do artigo 52, §1º da Lei 11.101/2005 foi publicado em 28 de agosto de 2014;
- b) O edital do artigo 7º, § 2º da Lei 11.101/2005 foi publicado em 11 de fevereiro de 2015;
- c) O edital do artigo 53, parágrafo único foi publicado em 11 de fevereiro de 2015;
- d) O edital com a lista final de credores atualizada, conforme artigo 7º, § 2º da Lei 11.101/2005, foi publicado em 07 de maio de 2015;
- e) O edital de convocação da Assembleia Geral de Credores do art. 36 da Lei 11.101/2005 foi publicado em 17 de setembro de 2015;



f) O edital do mesmo dispositivo legal supramencionado de convocação de Assembleia Geral de Credores foi publicado em 06 de outubro de 2015.

A sentença que convolou a recuperação judicial em falência foi proferida em 13 de julho de 2016, conforme o artigo 105 da Lei 11.101/2005. Foi publicado o Edital do artigo 99, parágrafo único da Lei 11.101/2005 em 16 de janeiro de 2018 e o edital do art. 7º §2º do mesmo dispositivo legal em 13 de abril de 2018.

A fim de dar cumprimento ao art. 22, inciso II, alínea “c”, da Lei 11.101/2005, o Administrador Judicial vem apresentar o Relatório da Administração Judicial, referente ao mês de novembro de 2018, em quatro itens assim dispostos:

- I. Fase processual;
- II. Atividades da Administração Judicial;
- III. Análise financeira; e
- IV. Conclusão

I. Fase processual:

A Administração Judicial está elaborando o Relatório das Causas e Circunstâncias da Falência, conforme determina o art. 22, III, e’ da Lei 11.101/2005 e conforme requerido pelo Ministério Público nos autos do processo de falência.

Após a publicação do Edital do art. 7º §2º da Lei 11.101/2005, em 13 de abril de 2018, iniciou o prazo de 10 (dez) dias para as



impugnações, o prazo teve seu termo em 27/04/2018 e, aproximadamente, 05 (cinco) habilitações foram propostas.

A Administração Judicial tem se manifestado em todas as habilitações retardatárias, conforme vem sendo demandada.

II. Atividades da Administração Judicial:

a) Manifestações nos autos principais da falência e processos relacionados

Nos autos do processo principal a Administração Judicial apresentou manifestação em petição datada de 05/11/2016 em atenção ao Despacho de fls. 3.070 informando que estava ciente das manifestações do Ministério Público às fls. 3.069 e que quanto as pendências nos autos do processo principal estão sendo verificadas junto ao cartório e assim que forem saneadas a Administração Judicial apresentará um relatório informando sobre as atividades pendentes e eventualmente realizadas.

No proc. nº 0102749-62.2018.8.19.0001, sobre a prestação de contas do pagamento da arrematação dos bens da massa falida ocorrido no leilão de 18/10/2017, a Administração Judicial informou que no dia 05/11/2018 depositou o cheque nº 851672, com a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) na conta da Licks Associados e no dia 06/11/2018 pagou a guia de depósito judicial nº 081010000050039042 na Conta Judicial nº 4001138788466.



b) Atendimento aos Credores

A Administração Judicial recebe diariamente ligações, e-mails e visitas em seu escritório de credores que procuram saber sobre os trâmites processuais da falência, bem como questionam sobre pagamento e existência de créditos.

c) Documentos Recebidos

| Data de Entrada | Tipo de Documento | Processo |
|------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 07/11/2018 | Mandado de Notificação | 0100456-79.2016.5.01.0054 |

III. Análise Financeira e Contábil:

IV. Conclusão:

Por todo exposto, a Administração Judicial vem se manifestando nas habilitações retardatárias, nos autos do processo principal e nos relacionados, conforme em sendo demandada.

Além disso, a Administração Judicial permanece à disposição para esclarecer eventuais dúvidas em relação à lista de credores publicada, bens arrecadados ou quaisquer outras dúvidas sobre o processo falimentar.



Estas eram as informações que puderam ser prestadas no momento.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

GUSTAVO BANHO LICKS
CRC-RJ 087.155/O-7
OAB/RJ – 176.184

ISABEL BONELLI WETZEL
OAB/RJ 204.938